

HABEAS CORPUS Nº 502.081 - DF (2019/0093439-9)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : RICARDO RUIVO MOREIRA DE OLIVEIRA - DF009684
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS
PACIENTE : THOMAZ JEFERSON DE JESUS FARIAS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de THOMAZ JEFERSON DE JESUS FARIAS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios proferido no HC n.º 0702586-36.2019.8.07.0000.

O Paciente foi preso em flagrante delito, no dia 15/02/2019, pela suposta prática do crime tipificado no art. 155, §§ 1.º e 4.º, inciso I, do Código Penal.

A conduta do Paciente foi assim descrita no acórdão impugnado, *in verbis* (fl. 64):

"Conforme descrito no APF n. 208/2019 (ID 7352319), durante a madrugada do dia 15/2/2019, o paciente arrombou a porta da residência da vítima e dela subtraiu um aparelho celular marca Samsung J7 Prime. O marido da ofendida, ao retornar para casa, percebeu o portão aberto e a porta da casa danificada, o que lhe causou estranheza. No interior da residência do casal, encontrou THOMAZ JEFERSON, entrou em luta corporal com o flagranteado e o imobilizou, até a chegada do auxílio policial. O aparelho celular da ofendida estava escondido sob as vestes do paciente"

Na audiência de custódia, o Juízo de primeiro grau deferiu a liberdade provisória ao Paciente mediante o pagamento de fiança arbitrada em R\$ 800,00 (oitocentos reais), além da imposição de outras medidas cautelares diversas da prisão.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que concedeu parcialmente a ordem, *"para reduzir o valor da fiança arbitrada para R\$ 400,00 (quatrocentos reais), sem prejuízo da manutenção das outras medidas cautelares estabelecidas pelo juízo de 1ª Instância"* (fl. 60).

Neste writ, a Defensoria Pública alega, em síntese, que "[a]usentes os requisitos para a prisão cautelar, não se mostra viável condicionar a soltura do paciente

ao recolhimento de fiança, mormente quando este não tem condições de arcar com tais custos, aplicando-se o disposto no artigo 325, § 1º, inciso I, do Código de Processo Penal, pelo qual a fiança poderá ser dispensada, na forma do art. 350 do mesmo Código, se assim recomendar a situação econômica do preso" (fl. 11).

Argumenta que a hipossuficiência econômica do Paciente é manifesta, "haja vista que, representado pela Defensoria Pública, permaneceu encarcerado mesmo após a concessão da liberdade provisória, **razão pela qual a concessão da liberdade provisória independentemente do respectivo pagamento é medida que se impõe**" (fl. 11).

Busca, desse modo, em liminar e no mérito, o afastamento da fiança arbitrada.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

Verifica-se, em juízo prelibatório, a existência de ilegalidade apta a ensejar o deferimento da liminar pretendida.

No caso, observa-se que o Juízo de primeiro grau, ao deferir a liberdade provisória ao Paciente mediante o pagamento de fiança e a imposição de outras medidas cautelares, apresentou as seguintes razões (fls. 57-58; grifos diversos do original):

*"[...] Na hipótese dos autos, embora se tratem de crimes cuja penas privativas de liberdade somadas sejam superiores a 4 (quatro) anos (art. 313, I, do CPP), bem como estar evidenciada a materialidade delitiva e a autoria possa recair sobre o autuado (art. 312, caput, parte final), **entendo que a conduta em si não causou significativo abalo da ordem pública nem evidenciou periculosidade exacerbada do seu autor, de modo a justificar sua segregação antes do momento constitucional próprio, qual seja, após o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória. Verifica-se que o autuado é primário. Não há indicativos concretos de que o custodiado pretenda furtar-se à aplicação da lei penal, tampouco de que irá perturbar gravemente a instrução criminal.** Ressalto que o ato não foi cometido com violência ou grave ameaça a pessoa. Em que pese haja notícias de que vítima e autuado tenham entrado em luta corporal, a aludida situação deve ser melhor esclarecida pelo juízo natural da causa, oportunidade em que será avaliado se eventual violência empregada pelo custodiado teve a finalidade de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa. Noutro giro, **a concessão das medidas cautelares previstas no art. 319, do CPP, mostra-se compatível com a situação em apreço.** Tais medidas, conforme o art. 282, § 2º, CPP, poderão ser concedidas de ofício pelo*

*magistrado, de modo isolado ou cumulativo (art. 282, § 1º, CPP), sem prejuízo de sua oportuna alteração (art.282, §§4º e 5º, CPP), visando garantir a razoável duração do processo, sem maiores cerceamentos aos direitos fundamentais do autuado. Por fim, por se tratar de delito patrimonial, entendo necessária a fixação de fiança. Ante o exposto, defiro liberdade provisória, COM fiança a THOMAZ JEFERSON DE JESUS FARIAS, filho(a) de Nildo Farias dos Santos e Neli Maria de Jesus, nascido em 26/05/1995. Imponho-lhe as seguintes medidas: - I comparecimento a todos os atos do processo; II - proibição de ausentar-se do Distrito Federal por mais de 30 (trinta) dias, a não ser que autorizado pelo Juízo processante; III - proibição de mudança de endereço sem comunicação do Juízo natural; IV - comparecimento mensal ao juízo processante para IV justificar suas atividades; V - **pagamento de fiança no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais). CONFIRO A ESTA DECISÃO FORÇA DE ALVARÁ DE SOLTURA**, de mandado de intimação, para que o autuado seja posto em liberdade após o pagamento d e fiança, salvo se por outro motivo estiver preso."*

O Tribunal de origem, por sua vez, concedeu a ordem de *habeas corpus*, a fim de reduzir o valor da fiança para R\$ 400,00 (quatrocentos reais), consignando, *in verbis* (fl. 59):

"[...]

As circunstâncias narradas, aliadas à natureza do delito e à reiteração delitiva, indicam a periculosidade de THOMAZ JEFERSON e demonstram o acerto do arbitramento da fiança, quando do deferimento da liberdade provisória do acautelado, pois todos os requisitos de espécie estão presentes.

Ademais, inexistem provas inequívocas de que o paciente não possui condições financeiras para arcar com o pagamento de contracautela pecuniária.

*É bem verdade que, apesar de o juízo do NAC concluir que a prisão cautelar não era o meio adequado para salvaguardar a eficácia das investigações e da provável ação penal futura, a **colocação do paciente em liberdade com a completa exclusão da fiança também não se mostra suficiente.***

O estabelecimento da fiança, aliada às das demais medidas cautelares transcritas, visa garantir o êxito do processo penal, evitar que o paciente obstrua o devido andamento processual e deixe de atender a alguma ordem judicial, injustificadamente (art. 319, VIII, CPP).

"[...]

Por outro lado, depois de analisar mais detalhada e refletidamente sobre o valor da fiança arbitrada e as condições pessoais do paciente, reputo adequada a redução da quantia, nos termos propostos no Parecer do Il. Procurador de Justiça.

Isto porque, a despeito de não haver demonstração de incapacidade financeira total do paciente, ônus do qual não se

desincumbiu o impetrante, depreende-se dos elementos colacionados ao e do fato de writ THOMAZ JEFERSON, assistido pela Defensoria Pública do Distrito Federal, ainda permanecer recolhido, desde o dia 15/2/2019, que a quantia inicialmente estabelecida ultrapassa as possibilidades financeiras do paciente.

[...]."

Como se observa, as instâncias ordinárias afastaram a necessidade de prisão preventiva do Paciente, reputando ausentes os seus requisitos autorizadores. No entanto, concedida a liberdade provisória, mediante pagamento de fiança, o Paciente, inadimplente, permanece preso **desde 15/02/2019**.

Embora não haja nos autos prova plena de que o Paciente possui ou não condições financeiras para arcar com o valor da fiança arbitrada, as particularidades do caso (Acusado assistido pela Defensoria Pública e que está encarcerado há quase dois meses) indicam que a falta desses recursos realmente é o fator que impediu a sua liberdade.

Assim, pelas circunstâncias específicas dos autos, entendo que a medida cautelar de fiança não pode subsistir, pois ofende a sistemática constitucional que veda o fato de pessoas pobres ficarem presas preventivamente apenas porque não possuem recursos financeiros para arcar com o valor da fiança arbitrada. Não é outro o entendimento dessa Corte:

"HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO TENTADO. CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA MEDIANTE O PAGAMENTO DE FIANÇA. IMPOSSIBILIDADE DE ADIMPLENTO. CONSIDERÁVEL TEMPO DE PRISÃO APÓS A DECISÃO CONCESSIVA. HIPOSSUFICIÊNCIA VERIFICADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. ORDEM CONCEDIDA, RATIFICADA A LIMINAR.

1. É cediço nesta Casa que o inadimplemento da fiança imposta, por si só, não é capaz de fundamentar a manutenção da custódia cautelar, devendo ser observado o que preconiza o art. 350 do Código de Processo Penal.

2. Na espécie, o paciente permaneceu custodiado mesmo após a decisão concessiva da liberdade, em virtude de não ter condições de adimplir com o valor arbitrado a título de fiança, ante a sua hipossuficiência, o que se extrai do tempo que permaneceu no cárcere - não obstante a soltura condicional que lhe foi deferida.

3. Habeas Corpus concedido, ratificada a liminar." (HC 444.263/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 01/06/2018, sem grifos

no original.)

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. SUPERAÇÃO DA SÚMULA 691 DO STF. FIANÇA. LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. EMBRIAGUEZ NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR FUNDAMENTAÇÃO ABSTRATA. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DA FIANÇA. TEMPO DE PRISÃO CONCRETAMENTE CUMPRIDO. ILEGALIDADE. PRESENÇA. HABEAS CORPUS CONCEDIDO.

1. In casu, o arbitramento da medida cautelar de fiança não apresentou qualquer fundamentação específica quanto à necessidade e adequação da medida, bem como a finalidade pela qual se impunha a referida cautelar, o que evidencia ausência de fundamentos para a imposição da cautelar.

2. Esta Corte tem compreendido que o inadimplemento da fiança arbitrada, por si só, não é capaz de fundamentar a manutenção da custódia cautelar, nos termos do art. 350 do Código de Processo Penal.

3. Habeas corpus concedido, para a soltura do paciente, DANILO HENRIQUE SILVA, independentemente do pagamento da fiança que deve ser isenta, sem prejuízo de novo e fundamentada decisão de necessária medida cautelar penal diversa de prisão." (HC 385.922/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 04/04/2017, sem grifos no original.)

Tem inteira aplicação o disposto no art. 350 do Código de Processo Penal,

verbis:

"Art. 350. Nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 deste Código e a outras medidas cautelares, se for o caso.

Parágrafo único. Se o beneficiado descumprir, sem motivo justo, qualquer das obrigações ou medidas impostas, aplicar-se-á o disposto no § 4º do art. 282 deste Código".

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para conceder liberdade provisória, **sem fiança**, ao Paciente até o julgamento final deste writ, **mantidas** as demais medidas cautelares diversas da prisão aplicadas na origem.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e ao Juízo de primeira instância, encaminhando-lhes cópias da presente decisão.

Requisitem-se as informações da Autoridade Impetrada e do Juízo de

primeira instância, solicitando-lhes, ainda, chave de acesso às informações processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

